

Uma Política Fiscal que promova a repartição justa da riqueza

**ALGUNS DADOS E IDEIAS QUE PRETENDEM SER UM
CONTRIBUTO PARA A REFLEXÃO E DEBATE**

EUGÉNIO ROSA

Economista

edr2@netcabo.pt

www.eugeniorosa.com

ESCLARECIMENTO/JUSTIFICAÇÃO

- Estes “slides” foram utilizados por mim num Encontro/debate organizado pela CGTP-IN em Lisboa no dia 10.4.2015 no Hotel Altis, sobre o Trabalho e as Funções Sociais do Estado, em que participei.
- Como eles contêm dados oficiais sobre uma matéria tão importante para todos os portugueses – os impostos- que condicionam fortemente as suas condições de vida, decidi divulgá-los por pensar que eles poderão ser úteis a todos aqueles que estão interessados em conhecer e refletir sobre os impostos que pagamos.
- Este “slides”, com alguns dados e ideias, constituem apenas um contributo para uma reforma democrática profunda do sistema fiscal português que é urgente visando respeitar a Constituição da República que dispõe que ele visa também uma repartição mais justa da riqueza e do rendimento, o que nunca respeitado pelos sucessivos governos

APESAR DO ENORME AUMENTO DE IMPOSTOS, EM % DO PIB A CARGA FISCAL EM PORTUGAL É INFERIOR À MÉDIA DA UNIÃO EUROPEIA. É PRECISO NÃO ESQUECER QUE SEM IMPOSTOS NÃO EXISTE EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA (SNS) E OUTROS SERVIÇOS ESSENCIAIS À POPULAÇÃO, O PROBLEMA É A INJUSTIÇA FISCAL (os ricos fogem ao impostos) E A MÁ UTILIZAÇÃO DO DINHEIRO DOS IMPOSTOS, E TUDO ISTO TEM DE SER ALTERADO

ANOS	U.E.-28 PAÍSES - % do PIB			PORTUGAL.-27 - % do PIB		
	Imposto sobre o rendimento e património	Imposto sobre a produção e importações	SOMA	Imposto sobre o rendimento e património	Imposto sobre a produção e importações	SOMA
2007	13,2%	13,1%	26,3%	9,2%	14,4%	23,6%
2008	13,0%	12,6%	25,6%	9,3%	14,0%	23,3%
2009	12,2%	12,5%	24,7%	8,6%	12,6%	21,2%
2010	12,1%	12,8%	24,9%	8,5%	13,2%	21,7%
2011	12,3%	13,0%	25,3%	9,5%	13,9%	23,4%
2012	12,7%	13,3%	26,0%	8,9%	13,8%	22,7%
2013	12,9%	13,3%	26,2%	11,3%	13,7%	25,0%
Var.	-2,3%	1,5%	-0,4%	22,8%	-4,9%	5,9%

FONTE: Eurostat

A DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA DA RIQUEZA EM PORTUGAL (PIB) É CADA VEZ MAIS INJUSTA E FAVORÁVEL AO CAPITAL (patrões). A PARTE DOS SALÁRIOS E ORDENADOS (ilíquidos, antes de impostos e taxas) NO PIB É CADA VEZ MENOR

ANO	REPARTIÇÃO ENTRE O TRABALHO E O CAPITAL - em % DO PIB	
	Ordenados e salários (Para o "Trabalho")	Excedente Bruto de Exploração (para o "Capital")
2001	38,7%	40,2%
2002	38,4%	39,9%
2003	38,3%	39,5%
2004	37,8%	40,5%
2005	37,5%	39,5%
2006	36,7%	39,9%
2007	36,2%	40,9%
2008	36,6%	40,6%
2009	37,4%	41,2%
2010	36,8%	41,3%
2011	36,1%	41,6%
2012	34,9%	43,1%

FONTE: Banco de Portugal

O RENDIMENTO DE CERCA DE 58% DAS FAMÍLIAS PORTUGUESAS TEM COMO ORIGEM O TRABALHO, E DE 35% TEM COMO ORIGEM AS PENSÕES E FOI SOBRE ESTES RENDIMENTOS QUE INCIDIU UM ENORME AUMENTO DE IMPOSTOS O QUE AGRAVOU AINDA MAIS A INJUSTIÇA FISCAL

FONTE DE RENDIMENTO - INE	Nº agregados familiares
Total	4.044.100
Trabalho por conta de outrem	2.108.693
Trabalho por conta própria	317.963
Propriedade e capital	33.242
Pensões	1.417.503
Outras transferências sociais	132.567
Outras transferências de agregados e outras n.e.	34.132

O QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA SOBRE O SISTEMA FISCAL QUE TEM SIDO SISTEMATICAMENTE IGNORADO PELOS GOVERNOS

- O nº1 do artº 103 da constituição da República diz textualmente o seguinte:
 - “ O sistema fiscal visa a satisfação das necessidades financeiras do Estado e outras entidades públicas e uma repartição justa dos rendimentos e riqueza”
 - A segunda parte do nº1 do artº 103 da Constituição – uma repartição justa dos rendimentos e da riqueza - tem sido esquecida quando não mesmo violada abertamente, pois as classes sociais que têm sido mais atingidas com o enorme aumento de impostos têm sido aqueles que vivem de rendimentos de trabalho e de pensões, como iremos mostrar

O QUE TEM SIDO FEITO: o agravamento da injustiça fiscal através de um enorme aumento do IRS e IVA – IRS aumentou 3.933 milhões € entre 2012-15

IMPOSTOS	2012 M€	2014 - M €	2015- M€€	V. 12-15	12-14-M€	14-15 M€
1-IRS	9.235	12.863	13.168	42,6%	3.628	305
2- IRC	4.387	4.512	4.690	6,9%	125	179
3-Outros impostos	275	167	191	-30,7%	-108	23
A-SOMA(1+2+3) - ID	13.897	17.542	18.049	29,9%	3.645	507
4- Imposto produtos petrolíferos	2.144	2.104	2.311	7,8%	-40	207
5- IVA	13.017	13.849	14.491	11,3%	832	642
6- Imposto sobre veículos	386	464	560	45,1%	78	96
7- Imposto sobre o tabaco	1.350	1.399	1.505	11,5%	49	106
8- IABA- Bebidas alcoólicas	170	178	201	18,1%	8	23
9 - Imposto do selo	1.430	1.266	1.389	-2,8%	-163	123
10 - Imposto único de circulação	199	265	315	58,5%	67	49
11 -Outros	36	52	55	52,2%	16	3
B-SOMA - II	18.730	19.577	20.825	11,2%	846	1.249
RECEITAS FISCAIS TOTAIS	32.627	37.119	38.874	19,1%	4.492	1.755
IMI	1.233	1.482	1.632	32,4%	250	150
FISCALIDADE VERDE (impostos sobre os combustíveis, veículos, sacos plástico)						161
AUMENTO DAS RECEITAS FISCAIS (Impostos) EM 2015						2.066

RENDIMENTOS DO TRABALHO E PENSÕES REPRESENTAM 90,5% DOS RENDIMENTOS SUJEITOS A IRS, OS DE CAPITAL É APENAS 9,5% QUE FOGEM AO PAGAMENTO DE IRS

ORIGEM DO RENDIMENTO	RENDIMENTO BRUTO DECLARADO PARA EFEITOS DE IRS				
	2007 M€	2012 M€	% Total 2007	% Total 2012	2007-12
A- Rendimentos Trabalho	53.565	50.792	67,2%	62,7%	-5,2%
H- Pensões	15.662	22.524	19,7%	27,8%	43,8%
SOMA (A + H)	69.227	73.316	<u>86,9%</u>	<u>90,5%</u>	5,9%
B- Rendimentos empresariais e profissionais	6.482	4.372	8,1%	5,4%	-32,6%
E- Rendimentos de capital	94	82	0,1%	0,1%	-12,8%
F- Rendas prediais	2.755	2.884	3,5%	3,6%	4,7%
G-Incrementos patrimoniais (mais-valias, etc.)	1.112	372	1,4%	0,5%	-66,5%
TOTAL	79.670	81.026	100,0%	100,0%	1,7%

O AGRAVAMENTO DA INJUSTIÇA FISCAL ATRAVÉS DA DIMINUIÇÃO SIGNIFICATIVA DOS BENEFÍCIOS FISCAIS QUE REDUZIAM O IRS PAGO PELOS TRABALHADORES E PENSIONISTAS. SÓ DEVIDO A ESTA REDUÇÃO NAS DESPESAS QUE PODEM SER DEDUZIDAS NO IRS, O IRS PAGO PRINCIPALMENTE PELOS TRABALHADORES E PENSIONISTAS AUMENTOU EM 808 MILHÕES € ENTRE 2010 E 2012 (a situação mantém-se)

DESPESAS	DEDUÇÕES NO IRS - Milhões €				Var. 10-12 Em %
	2010	2011	2012	Var.10-12	
Saúde	641	608	204	-437	-68,2%
Juros credito habitação	569	579	230	-339	-59,6%
Educação	302	294	270	-32	-10,6%
SOMA	1.512	1.481	704	-808	-53,4%

FONTE : Administração Tributária - Ministério das Finanças

O ENORME AUMENTO DO IRS DO GOVERNO DO PSD/CDS FOI FEITO REDUZINDO O NÚMERO DE ESCALÕES (diminuíram de 8 para 5) e aumentando mais a taxa no escalão mais baixo (30,9%) e menos no escalão mais elevado (apenas 4,6%)s

ESCALÃO DE IRS	Data entrada em vigor	VALOR DO ESCALÃO	Taxa normal	Var. %
O MAIS BAIXO	30-06-2010	Até 4.793€	11,08%	
	31-12-2010	Até 4.898€	11,50%	
	A partir de 31.12.2012	Até 7000€	14,50%	30,9%
ESCALÃO INTERMÉDIO	30-06-2010	De 7.250€ a 17.979€	24,08%	
	31-12-2010	De 7.410€ a 18.375€	24,50%	
	Depois 31.12.2012	De 7.000€ a 20.000€	28,50%	18,4%
O MAIS ELEVADO	30-06-2010	Superior a 150.000€	45,88%	
	31-12-2010	Superior a 153.300€	46,50%	
	Depois 31.12.2012	Superior a 80.000€€	48,00%	4,6%
NÚMERO DE ESCALÕES DE IRS	30-06-2010	8		
	31-12-2010	8		
	Depois 31.12.2012	5		

O AUMENTO DA CARGA/INJUSTIÇA FISCAL É UMA DAS CAUSAS MAIS IMPORTANTE DA REDUÇÃO DOS SALÁRIOS REAIS EM PORTUGAL . No Setor privado a redução dos salários reais foi de 12,7% entre 2010-2014

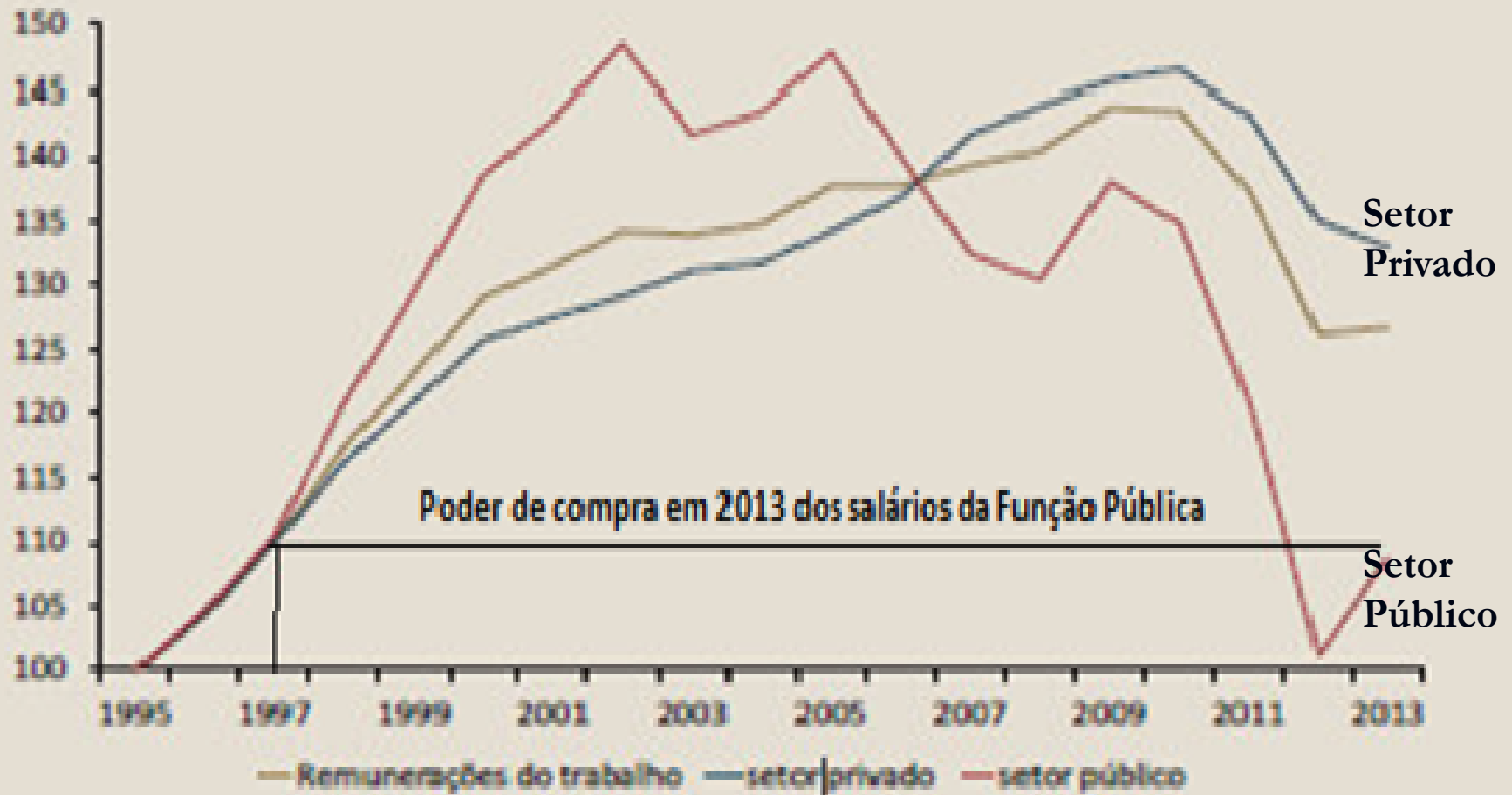
ANO	Ganho médio ilíquido nominal	Ganho médio ilíquido real	IRS	Segu- rança So- cial	Sobre- taxa IRS	Ganho médio líquido nominal	Ganho médio líquido real (preços de 2010)
2010	1.143 €	1.143 €	125,2 €	125,7 €		892,1 €	892,1 €
Abr-14	1.121 €	1.073,0 €	151,3 €	123,3 €	17,2 €	829,1 €	778,3 €
Variação % 2011-14	-1,9%	-6,1%	20,9%	-1,9%		-7,1%	-12,7%

O AUMENTO DA CARGA/INJUSTIÇA FISCAL UMA DAS CAUSAS IMPORTANTE DA REDUÇÃO DOS SALÁRIOS REAIS EM PORTUGAL . Na Administração Pública a redução do valor real hora de trabalho diminuiu 28,4% entre 2010 -2014

ANO	Ganho médio líquido nominal	IRS (inclui sobre-taxa)	CGA	ADSE	Ganho médio líquido nominal	Ganho médio líquido nominal hora	Ganho médio líquido real mensal	Ganho médio líquido real hora (Horário de trabalho aumentou 35H para 40H)
2010	1.659 €	257 €	182 €	25 €	1.194 €	7,9 €	1.194 €	7,9 €
2015	1.614 €	339 €	178 €	56 €	1.041 €	6,0 €	977 €	5,6 €
Var. 10-15	-2,7%	32,0%	-2,7%	127%	-12,9%	-23,7%	-18,2%	-28,4%

NOTA: (*) Entre 2010 e 2015, o horário de trabalho na Administração Pública aumentou de 35 horas para 40 horas

QUEBRA BRUTAL DO NÍVEL DE VIDA DOS TRABALHADORES EM PORTUGAL SEGUNDO UM GRÁFICO ELABORADO PELO INE



Fonte: INE.

É NECESSÁRIO UMA PROFUNDA REFORMA DEMOCRÁTICA DO SISTEMA FISCAL QUE COMBATA AS DESIGUALDADES : desagravamento trabalhadores e pensionistas.

Para isso é necessário uma Tabela de IRS com mais escalões menores taxas (a CGTP propõe com 9 escalões para aumentar a progressividade do imposto e reduzir taxas)

TABELA DE IRS EM VIGOR EM 2015			PROPOSTA DA CGTP DE TABELA DE IRS		
Rendimento colectável	Taxa normal	Taxa média	Rendimento colectável	Taxa normal	Taxa média
Até 7000€	14,50%	14,50%	Até 4.300€	10,00%	10,00%
Mais de 7000€ até 20000€	28,50%	23,60%	Mais de 4.300€ até 7.700€	13,50%	11,55%
Mais de 20.000€ - 40.000€	37,00%	30,30%	Mais de 7.700€ até 13.000€	24,50%	16, 83%
Mais de 40.000€ - 80.000€	45,00%	37,65%	Mais de 13.000€ a 16.200€	28,50%	19,14%
Superior a 80.000 €	48,00%		Mais de 16.200€ até 27.100€	35,00%	25,52%
			Mais de 27.100€ até 58.300€	37,00%	31,48%
			Mais de 58.300€ a 105.000€	45,00%	37,19%
			Mais de 105.000€ a 152.000€	50,00%	41,15%
			Mais de 152.000€	60,00%	

É NECESSÁRIO UMA PROFUNDA REFORMA DEMOCRÁTICA DO SISTEMA FISCAL QUE COMBATA AS DESIGUALDADES : Para isso é necessário um sistema benefícios fiscais (deduções no IRS) que desagrade trabalhadores e pensionistas

Deduções	Situação actual	Proposta da CGTP-IN
Dedução por rendimento de trabalho e de pensões (dedução no rendimento)	72% * 12 * IAS	72% *12 *SMN depois o valor actualizado anualmente de acordo IPC
Outras deduções indexadas antes ao SMN,	depois 2011, ao IAS, começando por 475 euros	Passam a estar indexadas ao SMN (485 euros) sendo depois actualizadas de acordo com o IPC
Dedução à colecta (IRS) por sujeito passivo	45% do IAS	55% do SMN com actualização anual de acordo com IPC
Dedução das despesas de saúde na colecta (IRS)	10%	Até ao 2º escalão dedução de 30% da despesa
		3º e 4º escalões (7.700€ a 16.200€): 20%
		5º e 6º escalões (16.200€ a 58.300€): 10%
		7º e 8º escalões (58.300€ a 152.000€): 5%
Dedução à colecta (IRS) dos encargos com imóveis (juros de crédito à habitação, rendas, etc.	15%	Superior a 152.000€: 0%
		Até ao 2º escalão, dedução de 30% da despesa
		3º e 4º escalões (7.700€ a 16.200€): 20%
		5º e 6º escalões (16.200€ a 58.300€): 10%
		7º e 8º escalões (58.300€ a 152.000€): 5%
		Superior a 152.000€: 0%
Dedução à colecta (IRS) das despesas de educação e formação	30% com um limite de 160% do valor do IAS	Até ao 6º escalão 30% das despesas tendo como limite 200% do SMN, e nos agregados com dois ou mais dependentes um aumento de 30% naquele limite por cada dependente
		Acima do 6º escalão até ao 8º 30% - limite 150% do SMN
		Superior a 152.000€: 10% da despesa -limite um SMN

LIMITES GLOBAIS ÀS DEDUÇÕES NA COLETA (IRS) POR SUJEITO PASSIVO: o dobro dos atuais e tanto menores quanto mais altos forem os rendimentos

Escalões de Rendimento Colectável	Limites atuais 2015	Limites globais propostos
Até ao 2º escalão (Até 7.700€ de rendimento colectável)	Sem limite	Sem limite
3º e 4º escalões (7.700€ a 16.200€)	1.250 €	2.500 €
5º e 6º escalões (16.200€ a 58.300€):	1.000 €	2.000 €
7º escalão (58.300€ a 105.000€):	500 €	1.000 €
8º e 9º escalões (superior a 105.000€)		0 €

É NECESSÁRIO SELECIONAR DOS BENS ESSENCIAIS UM CABAZ DE BENS E SERVIÇOS E REDUZIR O IVA QUE INCIDE SOBRE ELE – DADOS DO INE SOBRE ORÇAMENTOS FAMILIARES

RÚBRIAS DE DESPESA -INE	TOC	PENSIO-NISTA	RÚBRICAS -INE	TOC	PENSIO-NISTA
Despesa anual média-agregado	100,00%	100,00%	Saúde	4,50%	9,50%
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	12,39%	15,78%	Medicamentos, Aparelhos e Material Terapêuticos	2,14%	6,38%
Produtos Alimentares	11,61%	14,97%	Serviços Médicos,	2,22%	2,82%
Cereais e Produtos à base de Cereais	2,18%	2,57%	Serviços Hospitalares	0,15%	0,30%
Carne e Derivados	2,93%	3,51%	Transportes	16,44%	9,78%
Peixe e Derivados	1,65%	2,70%	Veículos Pessoais	10,28%	6,55%
Leite, Queijo e Ovos	1,77%	1,90%	Serviços de Transporte	1,36%	1,08%
Óleos e Gorduras	0,40%	0,69%	Comunicações	3,41%	3,04%
Frutos	0,91%	1,36%	Serviços de Telefone	3,30%	3,00%
Legumes e outros Hortícolas	1,04%	1,56%	Ensino	2,78%	0,45%
Café, Chá e Cacau	0,28%	0,38%	Pré-Escolar e Básico - 1º e 2º Ciclo	1,18%	
Águas Minerais ou de Nascente, Refrigerantes e Sumos	0,50%	0,43%	Ensino Básico e Secundário	0,24%	
Vestuário e calçado	4,12%	2,63%	Ensino Superior	1,10%	0,28%
Vestuário incluindo Reparação	3,01%	1,98%	Hotéis, restaurantes, cafés, sim.	11,47%	7,18%
Calçado incluindo Reparação	1,11%	0,66%	Serviços de Catering	10,92%	6,95%
HABITAÇÃO	26,39%	35,92%	Outros bens e serviços	6,58%	5,72%
Eletricidade	2,54%	3,49%	Higiene e Cuidados Pessoais	2,51%	2,23%
Gás	1,69%	2,40%	Serviços de Proteção Social	1,17%	1,13%

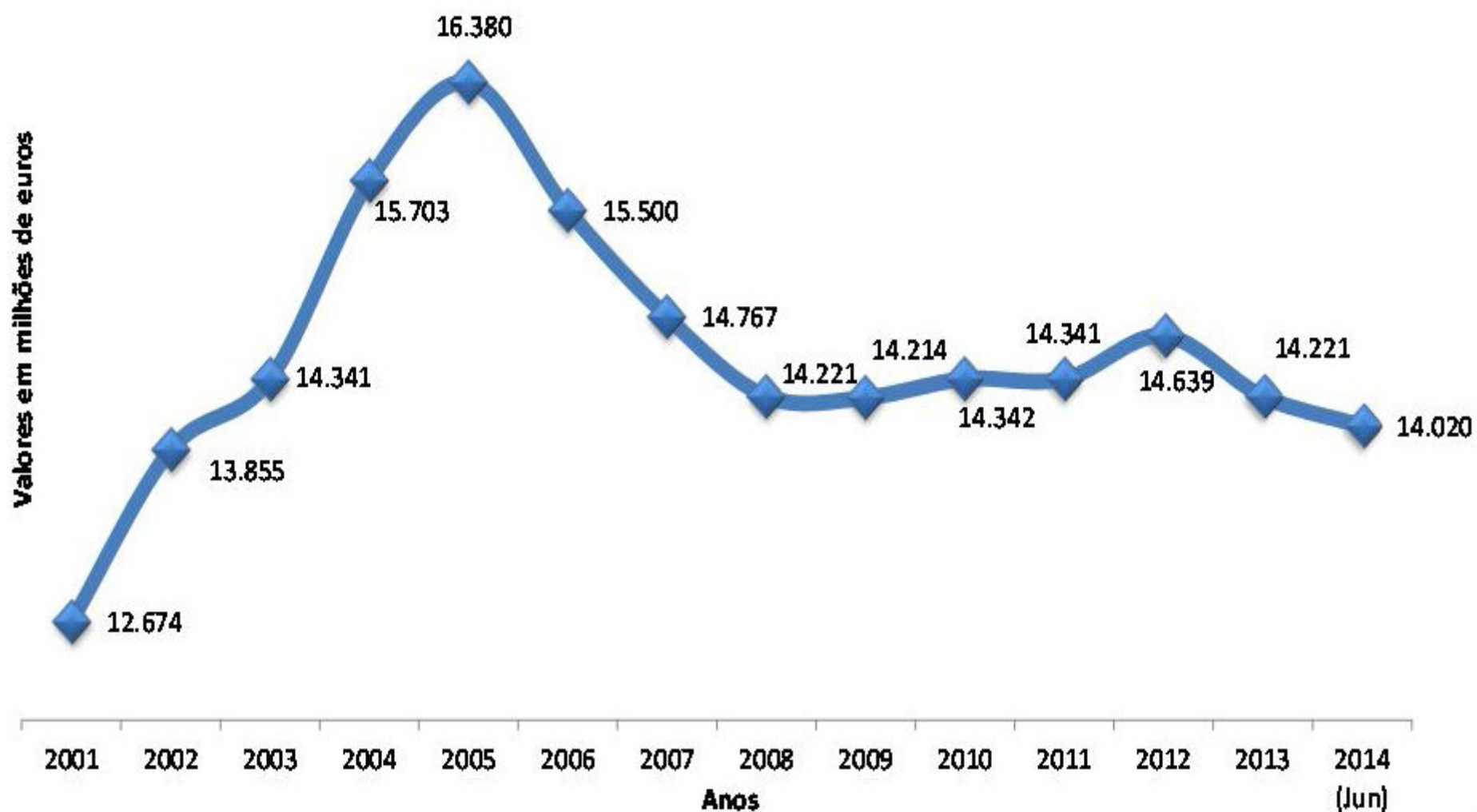
**UMA REFORMA DEMOCRÁTICA DO SISTEMA FISCAL QUE COMBATA AS
DESIGUALDADES DEVE INCLUIR UM COMBATE EFICAZ À EVASÃO E FRAUDE
FISCAL QUE CONTINUA EM LARGA ESCALA NOMEADAMENTE DOS MAIS RICOS**
Uma estimativa da receita não declarada (não paga impostos) no período 2003-2014

ANOS	PIB por habitante			Receita tributária por habitante			Estimativa da fraude e evasão fiscal anual (receita não declarada) Milhões €
	UE27 Euros	Portugal Euros	PT % UE27	UE27 Euros	Portugal Euros	PT % UE27	
2003	21.300 €	14.000 €	65,7%	5.283 €	3.175 €	60,1%	3.098
2004	22.300 €	14.500 €	65,0%	5.543 €	3.171 €	57,2%	4.534
2005	23.200 €	15.100 €	65,1%	5.850 €	3.370 €	57,6%	4.609
2006	24.400 €	15.800 €	64,8%	6.324 €	3.613 €	57,1%	5.091
2007	25.800 €	16.600 €	64,3%	6.700 €	3.876 €	57,8%	4.614
2008	25.900 €	16.900 €	65,3%	6.530 €	3.890 €	59,6%	3.938
2009	24.300 €	16.600 €	68,3%	5.890 €	3.484 €	59,1%	5.735
2010	25.300 €	17.000 €	67,2%	6.186 €	3.648 €	59,0%	5.408
2011	26.000 €	16.700 €	64,2%	6.457 €	3.862 €	59,8%	3.021
2012	26.500 €	16.100 €	60,8%	6.765 €	3.649 €	53,9%	4.858
2013	26.600 €	16.400 €	61,7%	6.969 €	4.100 €	58,8%	2.052
2014	27.300 €	16.800 €	61,5%	7.153 €	4.200 €	58,7%	2.097
SOMA DA EVASÃO E FRAUDE FISCAL NO PERÍODO 2003-2014							49.053

FONTE: Eurostat e INE

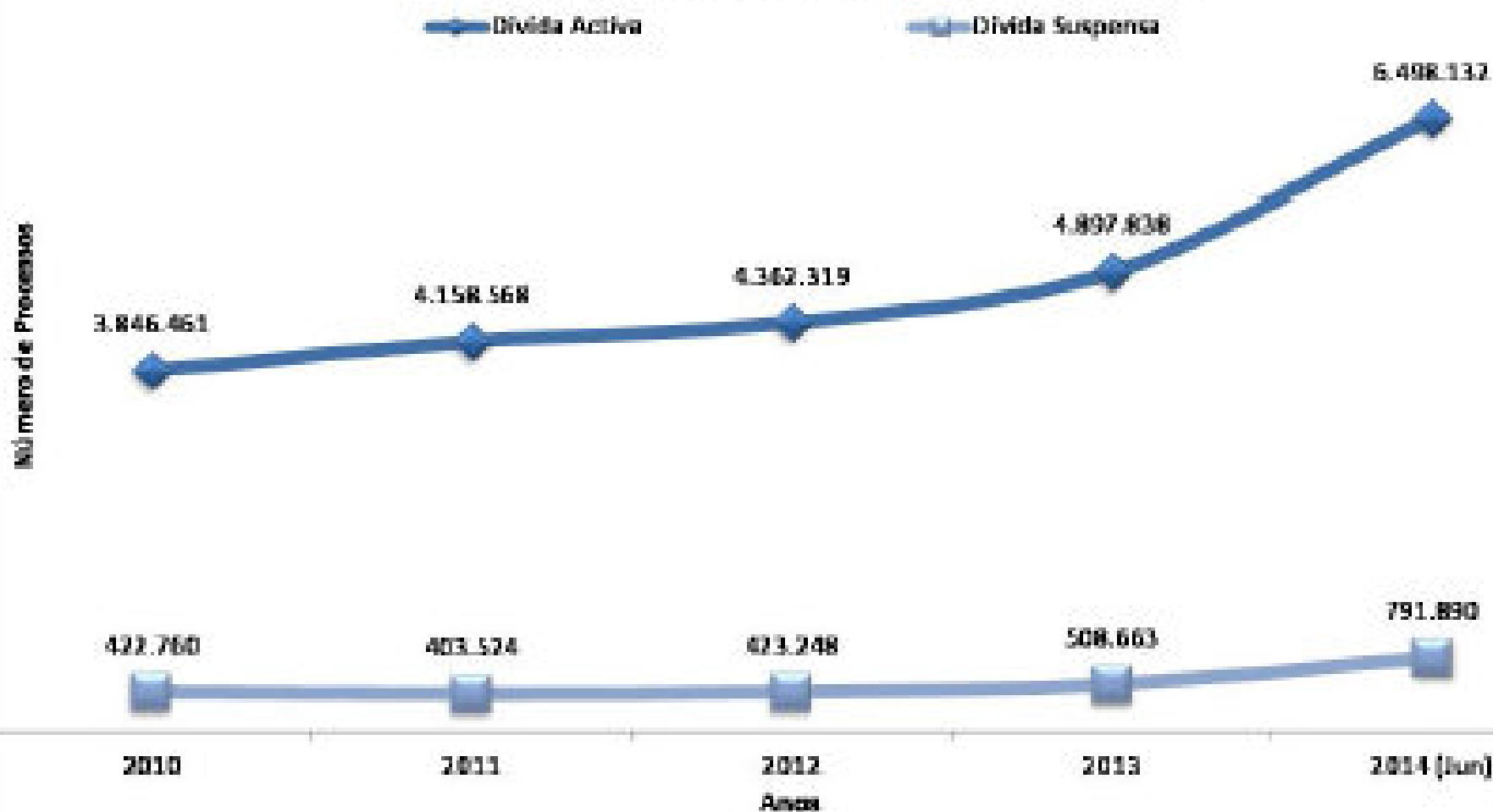
UMA REFORMA DEMOCRÁTICA DO SISTEMA FISCAL QUE COMBATA AS DESIGUALDADES: A necessidade de dotar a Autoridade Tributária e Aduaneira de meios para poder cobrar a dívida fiscal – em Junho de 2014 a dívida atingia 14.020 milhões € segundo o Ministério das Finanças (ATA)

Dívida Acumulada



O NÚMERO DE PROCESSOS FISCAIS ENTRE 2010 E JUN.2014 AUMENTOU 71% (passou de 4.269.221 para 7.290.022 processos) MAS O NUMERO DE TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DIMINUIU ENTRE DEZ.2011 E DEZ.2014 EM 838 (passou de 9.926 para 9.088 segundo DGAEP) O QUE AUMENTOU OS ATRASOS E AS PRESCRIÇÕES

Nº de Processos de Créditos Fiscais em execução Desagregação da carteira da dívida



REPARTIÇÃO DOS DEVEDORES (contribuintes e processos) POR ESCALÕES DA DIVIDA : a divida de 0,2% dos devedores representa 44% da divida total (cada um deles deve mais de um milhão de euros ao Fisco)

Quadro 1: Escalonamento de devedores por valor em divida

Escalão	Contribuintes	Processos	Valor
0 - Verbete	3,8%	1,9%	0,1%
1 - 0 a 100	17,8%	3,2%	0,0%
2 - 100 a 250	19,7%	4,7%	0,2%
3 - 250 a 1.000	24,3%	14,6%	0,8%
4 - 1.000 a 5.000	15,9%	17,3%	2,3%
5 - 5.000 a 50.000	14,8%	39,3%	15%
6 - 50.000 a 250.000	2,8%	13,8%	19%
7 - 250.000 a 1.000.000	0,7%	4,0%	19%
8 - mais de 1.000.000	0,2%	1,2%	44%
	100,0%	100,0%	100,0%

UMA REFORMA DEMOCRÁTICA DO SISTEMA FISCAL QUE COMBATA AS DESIGUALDADES TEM QUE AUMENTAR OS IMPOSTOS SOBRE OS MAIS RICOS

■ 1- ALGUNS PRINCÍPIOS VISANDO O AUMENTO DA JUSTIÇA, DA RECEITA E DA TRANSPARÊNCIA FISCAL

- O combate à erosão da base fiscal, o que exige que todos os rendimentos sejam tributados no país de origem desses rendimentos
- A eliminação de múltiplas isenções que beneficiam os rendimentos de capital, nomeadamente os auferidos por grupos económicos (o escândalo da “*Participation exemption* “ *introduzida no Código do IRC pelo governo do PSD/CDS – proposta da Comissão Lobo Xavier administrador da Sonae- que isenta as mais-valias e os lucros dos grupos económicos do pagamento de IRC*)
- As taxas que incidem sobre os rendimentos do capital não podem ser inferiores às taxas que incidem sobre os rendimentos do trabalho (atualmente a taxa máxima sobre os rendimento do “Trabalho” é 46% e sobre “Dividendos” e “mais-valias”, que são rendimentos do Capital é apenas 28%,e uma parte está isenta
- Transparência fiscal total, o que exige que não só a receita fiscal perdida devida à concessão de benefícios fosse divulgada, mas também a despesa fiscal resultante da não sujeição de rendimento ao IRC seja divulgada o que não acontece agora

■ 2- UM EXEMPLO CONCRETO DE UMA POLITICA FISCAL DIFERENTE SOBRE OS RENDIMENTOS DO CAPITAL

- Em relação às empresas, e nomeadamente em relação ao IRC, deviam existir duas taxas : uma taxa baixa, sobre lucros investidos que criam emprego e inovação; e outra elevada (o dobro da anterior) sobre os lucros distribuídos (atualmente muitos lucros distribuídos aos grupos não pagam impostos o que é um escândalo)

A MÁ UTILIZAÇÃO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS : Entre 2010 e 2015 a despesa com Pessoal diminuiu 1.412 milhões €, a despesa com prestações sociais foi reduzida em 3.176 milhões €, e o investimento público caiu em 4.727 milhões €, mas a despesa com juros aumentou em 3.696 milhões € (+71,2%)

RÚBRICAS	2010 Milhões €	2015 Milhões€	Variação Milhões €	Var. %
DESPESA TOTAL	88.680	85.630	-3.050	-3,4%
Consumo Intermédio	8.667	10.509	1.842	21,3%
Despesa com Pessoal	21.093	19.681	-1.412	-6,7%
Prestações sociais (inclui SNS)	37.885	34.709	-3.176	-8,4%
Subsídios	1.193	975	-218	-18,3%
Outras despesas correntes	4.908	5.850	942	19,2%
Despesas de Capital	9.745	5.018	-4.727	-48,5%
JUROS	5.190	8.886	3.696	71,2%
DESPESA TOTAL - % do PIB	51,3%	47,4%		-7,6%
SALDO ORÇAMENTAL - % PIB	-9,8%	-2,7%		

FONTE : Relatórios OE-2012 e OE-2015